
PARTE I.....	3
CLAUSULAS JURÍDICAS	3
CLÁUSULA 1ª OBJETO DO CONTRATO	3
CLÁUSULA 2ª CONTRATO	3
CLÁUSULA 3ª PRAZO DO CONTRATO	4
CLÁUSULA 4ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO COCONTRATANTE	4
CLÁUSULA 5ª TRABALHADORES AFETOS À EXECUÇÃO DO CONTRATO	8
CLÁUSULA 6ª DESEMPENHO AMBIENTAL	8
CLÁUSULA 7ª POLÍTICA ANTIFRAUDE	8
CLÁUSULA 8ª TRABALHADORES AFETOS À EXECUÇÃO DO CONTRATO	8
CLÁUSULA 9ª PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	9
CLÁUSULA 10ª OBJETO DO DEVER DE SIGILO	9
CLÁUSULA 11ª DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL	10
CLÁUSULA 12ª PREÇO CONTRATUAL	10
CLÁUSULA 12ª REVISÃO/ ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS	11
CLÁUSULA 13ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	11
CLÁUSULA 14ª RESPONSABILIDADES	12
CLÁUSULA 15ª FORÇA MAIOR	13
CLÁUSULA 16ª PENALIDADES CONTRATUAIS	14
CLÁUSULA 17ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO	16
CLÁUSULA 18ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE	16
CLÁUSULA 19ª SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	16
CLÁUSULA 20ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	16
CLÁUSULA 21ª FORO COMPETENTE	16
CLÁUSULA 22ª DESIGNAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO E ACOMPANHAMENTO	17
CLÁUSULA 23ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	17
PARTE II	17
CLAUSULAS TÉCNICAS	17

CLÁUSULA 24ª CONDIÇÕES GERAIS.....	17
CLÁUSULA 25ª SISTEMAS DE 1ª E 2ª INTERVENÇÃO DE COMBATE A INCÊNDIO.....	18
CLÁUSULA 26ª CENTRAIS DE BOMBAGEM PARA O SERVIÇO DE INCÊNDIO	25
CLÁUSULA 27ª PORTAS CORTA-FOGO.....	30
CLÁUSULA 28ª SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA	34
CLÁUSULA 29ª SEGUROS	42
CLÁUSULA 30ª AFETAÇÃO DE MEIOS	42
CLÁUSULA 31ª SERVIÇO DA MANUTENÇÃO CORRETIVA	42
ANEXO I – MAPA DE QUANTIDADES.....	44

PARTE I**CLAUSULAS JURÍDICAS****CLÁUSULA 1ª OBJETO DO CONTRATO**

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas jurídicas, bem como as especificações técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva aos equipamentos associados à segurança contra incêndios de edifícios dos SASUP.

CLÁUSULA 2ª CONTRATO

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c. O presente caderno de encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. O contrato integra ainda o Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio e Discriminação da U. Porto:
https://sigarra.up.pt/spup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=1015464&pct_parametros=pv_unidade=764&pct_grupo=35873#35873
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no

artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 3.ª PRAZO DO CONTRATO

1. O contrato mantém-se em vigor desde a data de assinatura do contrato até 30 de junho de 2025, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O contrato cessa a sua vigência, independentemente do prazo estabelecido nos números anteriores, caso seja atingido o preço contratual.
3. Caso seja atingido o termo referido no número um e não seja atingido o preço contratual, o cocontratante não terá direito a qualquer indemnização.
4. Caso seja atingido o termo referido no número um e não seja atingido o montante referido na cláusula 10.ª, o cocontratante não terá direito a qualquer indemnização.
5. O prazo previsto no n.º 1 pode ser prorrogado por um período de 1 (um) mês, caso venham a ser requisitados serviços ainda na vigência do contrato mas cuja execução, atendendo aos prazos definidos no contrato, se verifique que ultrapassará o prazo de vigência inicialmente definido, sem que daqui possa decorrer aumento do preço contratual máximo, em cumprimento do disposto no capítulo V do Título I da Parte III do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 4.ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO COCONTRATANTE

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
 - a. Obrigação de prestar os serviços em conformidade com as especificações técnicas identificadas no presente caderno de encargos e, que dele faz parte integrante e demais documentos contratuais, cumprindo integralmente o objeto do contrato;
 - b. Disponibilizar os recursos de acordo com o perfil, requisitos mínimos obrigatórios e adicionais exigidos;

-
- c. Dar cumprimento, a todo o momento, às obrigações legais relativas aos serviços prestados, assegurando a execução dos mesmos de acordo com as melhores regras técnicas e de arte conhecidas e praticadas;
- d. Analisar e levar em consideração todas as situações e circunstâncias relevantes para a execução dos contratos, incluindo, entre outras e a título meramente exemplificativo, a informação prévia necessária, as circunstâncias de modo, tempo e lugar e os meios de modo a salvaguardar que os serviços serão prestados nos termos contratados, sem hiatos, falhas ou interrupções que pudessem ter sido previstas;
- e. Assumir todos os riscos inerentes à prestação dos serviços, bem como aqueles que, em concreto, apenas sejam ou possam ser do conhecimento do cocontratante ou por este gerido em primeira linha;
- f. Cumprir as políticas, práticas e procedimentos de segurança de informação do contraente público;
- g. Cumprir o disposto no Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio e Discriminação no Trabalho da Universidade do Porto, cumprindo os princípios e o compromisso de não tolerância ao assédio assumido pela U. Porto, disponível no link:
- https://sigarra.up.pt/spup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=1015464&pct_parametros=pv_unidade=764&pct_grupo=35873#35873
- h. Assegurar o cumprimento das especificações técnicas gerais quanto à emissão da fatura eletrónica, conforme disposto na cláusula referente às condições de pagamento, cumprindo a obrigação de identificar o n.º da nota de encomenda e o n.º de compromisso;
- i. Todas as intervenções no âmbito do presente contrato, deverão ser registadas no anexo II das Medidas de Autoproteção (MAP's) de cada instalação do Contraente Público;
- j. Após a conclusão da intervenção em cada sistema, o cocontratante deverá apresentar um termo de responsabilidade em conformidade com a Nota Técnica NT-02 – ANPC;
- k. Garantir, a todo o momento, a correta, completa e adequada articulação e compatibilização entre os serviços prestados e a finalidade a que os mesmos se dirigem com outros serviços ou outras finalidades que com eles estejam ou possam estar em relação, de modo a não afetar negativamente quaisquer outros serviços, produtos ou soluções do contraente público, assumindo, em cada momento, o respetivo risco de interface;

-
- l. Após conclusão da execução do contrato, a proceder às correções necessárias, mediante notificação do contraente público;
 - m. Disponibilização de todos elementos técnicos necessários à implementação e execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva aos equipamentos associados à segurança contra incêndios de edifícios dos SASUP;
 - n. Garantir a proteção e segurança da informação sobre as pessoas singulares, em concreto que o tratamento no âmbito da prestação dos serviços, objeto do contrato, ocorrerá em estrita observância de todas as disposições pertinentes de direito nacional e europeu que protegem os direitos e liberdades fundamentais das pessoas singulares, em particular o seu direito à proteção da vida privada no que diz respeito ao tratamento dos seus dados pessoais;
 - o. Garantir a implementação de medidas técnicas de segurança adequadas à confidencialidade e à integridade da informação tratada;
 - p. O Técnico Responsável registado na ANEPC deverá efetuar o registo da intervenção no processo de Medidas Auto Proteção de cada instalação;
 - q. Todas as atividades de manutenção deverão ser efetuadas de acordo com Plano Inspeção 098 SASUP;
 - r. Após a manutenção de cada equipamento, deverá ser apresentado o relatório de manutenção efetuada em conformidade com Despacho n.º 14903/2013;
 - s. Apresentação do termo de responsabilidade do Técnico Responsável com identificação do número de Registo da Entidade na ANEPC, por cada instalação/ equipamento, em conformidade com a Nota Técnica NT-02 – ANEPC;
 - t. Efetuar aplicação de uma etiqueta de identificação em todos os equipamentos associados ao presente procedimento. As etiquetas serão fornecidas pelo Contraente Público na fase de início das intervenções preventivas.
 2. Constituem ainda obrigações do cocontratante:
 - a. Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;

-
- b. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado;
 - c. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização do contraente público;
 - d. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - e. Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
 - f. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
 - g. Respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional;
 - h. Garantir condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exercem funções nas instalações do contraente público, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.
3. A título acessório, o cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
4. Todos os relatórios, comunicações, atas, e demais documentos elaborados pelo cocontratante, devem ser integralmente redigidos em português, entregues em suporte de papel e digital, neste último caso em formato editável, incluindo a relativas aos produtos intermédios, respeitando as especificações técnicas do presente caderno de encargos.

CLÁUSULA 5ª TRABALHADORES AFETOS À EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. Os trabalhadores afetos ao contrato prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo
2. O disposto no n.º 1 não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho, nem a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do contrato.

CLÁUSULA 6ª DESEMPENHO AMBIENTAL

1. O cocontratante deve garantir as melhores práticas ambientais por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactos ambientais.
2. O cocontratante deve igualmente garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.

CLÁUSULA 7.ª POLÍTICA ANTIFRAUDE

Nos termos exarados na Política Antifraude, o contraente público exige que os intervenientes internos, bem como o cocontratante e os seus colaboradores, atuem com honestidade e integridade, garantindo que as suas atividades, interesses e comportamentos não conflituam com essas obrigações e, independentemente da sua posição, reportem todas as suspeitas de fraude.

CLÁUSULA 8ª TRABALHADORES AFETOS À EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. Os trabalhadores afetos ao contrato podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo de execução do contrato de aquisição de serviços.

2. O cocontratante deve entregar ao gestor de contrato, no prazo máximo de 5 dias, após o início da vigência do contrato, um documento com a identificação dos trabalhadores que afetará à execução do contrato e respetivo vínculo contratual conforme Anexo III ao presente caderno de encargos.
3. No caso de ocorrer, durante a execução do contrato, alteração dos trabalhadores identificados no documento referido no número anterior, o cocontratante deve, no prazo máximo de 5 dias a contar da data da sua ocorrência, apresentar novo documento com a identificação dos trabalhadores que afetará à execução do contrato e respetivo vínculo contratual.
4. O disposto nos números anteriores não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do contrato.

CLÁUSULA 9.ª PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O adjudicatário obriga-se a dar cumprimento à legislação sobre Proteção de Dados, designadamente ao estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Dados e Lei de Execução do Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovada pela Lei nº 58/2019, de 08 de agosto, aceitando regular esta questão em acordo de tratamento de dados, caso seja considerado necessário, acordo esse que ficará a constar em anexo ao contrato e que dele fará parte integrante.

CLÁUSULA 10.ª OBJETO DO DEVER DE SIGILO

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. O cocontratante deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CLÁUSULA 11.ª DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL

1. O cocontratante deve ser titular de todas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento legalmente necessários à utilização de software e demais soluções ou produtos por si utilizados na execução do contrato.
2. O cocontratante obriga-se a manter válidas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento a que se refere o número anterior, até à integral execução dos serviços contratados.
3. Sempre que legalmente admissível e na máxima extensão admitida na lei, o resultado da prestação dos serviços é propriedade do contraente público, ainda que se verifique a cessação do contrato celebrado.
4. O cocontratante obriga-se a colaborar e a prestar assistência ao contraente público relativamente aos procedimentos e às formalidades necessárias para a realização do registo de propriedade.

CLÁUSULA 12ª PREÇO CONTRATUAL

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o contraente público obriga-se a pagar ao cocontratante o preço ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior não pode, em qualquer caso, ser superior a 13.620,51 € (treze mil, seiscentos e vinte euros e cinquenta e um cêntimos), no prazo máximo de vigência admitido (valores sem revisão de preços e sem IVA).

O preço base indicado no número um encontra-se repartido nas seguintes duas componentes:

- a. **Uma componente da manutenção preventiva e corretiva planeada** que ascende a **12.120,51 € (doze mil, cento e vinte euros e cinquenta e um cêntimos)**, acrescidos de IVA

à taxa legal em vigor, que corresponde ao valor máximo estimado que os SASUP estão dispostos a pagar pela contratação dos serviços;

- b. **Uma componente de manutenção corretiva não planeada**, que se encontre fora do âmbito dos serviços de manutenção preventiva, compreende acessórios e materiais de manutenção corrente. No preço global da componente de manutenção corretiva não planeada estão incluídos **1.500,00 € (mil e quinhentos euros)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. Este valor transitará de ano se não consumido.

3. Os preços referidos nos números anteriores incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

CLÁUSULA 12ª REVISÃO/ ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS

Os preços constantes da proposta adjudicada não são revistos durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA 13ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo mesmo das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. A obrigação respetiva é exigível após a conclusão do serviço;
3. As faturas deverão ser emitidas, com referência aos documentos que lhe deram origem, devendo fazer menção aos seguintes dados, consoante o caso e sem prejuízo daqueles que forem legalmente exigidos:
 - a. N.º da encomenda e n.º Compromisso ou contrato;
 - b. A descrição dos serviços fornecidos, incluindo a quantidade;
 - c. Unidade orgânica/serviço autónomo requisitante: Serviços de Ação Social da Universidade do Porto;
 - d. Endereço da unidade orgânica/ serviço autónomo: Rua dos Bragas n.º 151, 4050-123 Porto.

4. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários e/ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária.
6. A emissão de faturas eletrónicas por parte do Cocontratante deve cumprir os requisitos legais inerentes à emissão das mesmas, constantes do manual disponível para consulta no link:
https://sigarra.up.pt/spup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=1015464&pct_parametros=pv_unidade=786&pct_grupo=35870#35870
7. O contraente público não se responsabiliza pelo não cumprimento ou incumprimento defeituoso das especificações técnicas referentes ao sistema de faturação eletrónica.

CLÁUSULA 14ª RESPONSABILIDADES

1. O cocontratante responde perante o contraente público por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do contrato, bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do contrato.
2. Do mesmo modo, o cocontratante responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
3. Se o contraente público vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo cocontratante, no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. Correm inteiramente por conta do cocontratante a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do contrato, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

CLÁUSULA 15ª FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham.
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados.
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam.
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais.
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança.
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem.
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 16ª PENALIDADES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do Cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária até 10% do preço contratual, nos seguintes termos:

- a. Pelo incumprimento das manutenções, conforme especificações técnicas do presente Caderno de Encargos;
- b. Pela ausência dos relatórios e termos de responsabilidade, conforme descrito nas especificações técnicas do presente Caderno de Encargos.

Para as alíneas anteriores a penalidade é calculada com a seguinte fórmula:

$P \text{ (penalidade)} = V \text{ (valor do contrato)} \times A \text{ (dias em atraso, incluindo sábados, domingos e feriados)} / 200$

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante, o contraente público pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 10% do preço contratual.

3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Cocontratante e as consequências do incumprimento.

4. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelos danos correspondentes.

6. Sem prejuízo das penalidades aplicáveis, as inconformidades detetadas durante a execução do contrato serão avaliadas e tidas em consideração no âmbito da avaliação de desempenho do fornecedor, determinando a aplicação de deméritos.

7. Caso seja atingido um índice de qualidade inferior a 0,5 o fornecedor será desqualificado e retirado da lista de fornecedores qualificados do Contraente Público. No quadro infra colocam-se alguns exemplos a considerar como deméritos na qualificação dos fornecedores e respetiva fórmula de cálculo:

a. Incumprimento dos Prazos de Entrega		Deméritos
Capacidade de cumprir e respeitar os prazos de entrega de produtos ou a prestação de serviços definidos.	Não cumpriu o prazo de entrega	- 3 Pontos
b. Incumprimento das especificações		
Capacidade de cumprir as condições constantes nos pedidos de compra, nas especificações dos produtos ou serviços solicitados ou em outros requisitos definidos contratuais.	Não cumpriu	- 3 Pontos
c. Incapacidade de resposta às reclamações apresentadas		
Capacidade de solucionar os problemas detetados com eficácia e eficiência	Não resolveu o problema na totalidade dentro do tempo adequado	- 3 Pontos
d. Incapacidade de resposta a pedidos de informação ou atualização da mesma		
Capacidade de disponibilizar informação, documentação técnica e/ou comercial, atempadamente e de forma sistemática.	Não disponibilizou a informação ou documentação respondeu dentro do tempo adequado	- 1 Pontos

Índice de Qualidade do Fornecedor = (pontuação Inicial – \sum Deméritos)

pontuação Inicial

CLÁUSULA 17ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório nos seguintes casos:

- a) Violação grave ou reiterada de qualquer das obrigações que incumbem ao cocontratante;
- b) Violação dos princípios e compromissos de não tolerância ao assédio assumidos pela U.Porto.

CLÁUSULA 18ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE

O cocontratante pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

CLÁUSULA 19ª SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo cocontratante e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 20ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, nos termos do Código dos Contratos Públicos, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual do contraente público ou do cocontratante, identificado no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA 21ª FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes quer da interpretação, quer da execução do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 22ª DESIGNAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO E ACOMPANHAMENTO

1. Nos termos do artigo 290.º-A, é designado o seguinte gestor do contrato em nome do contraente público Dr.ª Madalena Barbosa | Serviços Financeiros e Suporte, bem como o seu substituto no caso de ausências e impedimentos-

Contactos do gestor do contrato: Email: mbarbosa@sas.up.pt

Substituto: Andrea Gouveia | email: agouveia@sas.up.pt

2. A qualquer momento e sem necessidade de aviso prévio, o gestor do contrato pode solicitar informação ou realizar auditorias com vista à monitorização da qualidade e nível de desempenho da prestação de serviços e cumprimento das obrigações contratuais ou legais por parte do cocontratante e, quando justificado, propor a aplicação de sanções em caso de incumprimento.

3. O cocontratante obriga-se a colaborar com o gestor do contrato na prestação de informações solicitadas por este ou na realização de auditorias, disponibilizando os meios que sejam necessários para o efeito.

CLÁUSULA 23ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato é regulado pelo disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

PARTE II**CLAUSULAS TÉCNICAS****CLÁUSULA 24ª CONDIÇÕES GERAIS**

1. Aquisição de serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva dos Sistemas associados à Segurança Contra Incêndios em Edifícios (SCIE), designadamente:

- Primeira e Segunda Intervenção
- Grupos Hidráulicos;
- Portas Corta Fogo;

- Sinalética.

CLÁUSULA 25ª SISTEMAS DE 1ª E 2ª INTERVENÇÃO DE COMBATE A INCÊNDIO**1. ÂMBITO DO CONTRATO**

- a) Aquisição de serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva dos Sistemas associados à Segurança Contra Incêndios em Edifícios (SCIE), designadamente:
- Sistemas de 1ª e 2ª Intervenção de Combate a Incêndio:
 - Extintores portáteis;
 - Bocas de incêndio do tipo carreteis de 1ª intervenção e bocas de incêndio do tipo teatro de 2ª intervenção;
 - Bocas de incêndio;
 - Sistemas automáticos de deteção e extinção de incêndio;
 - Mantas ignífugas.

2. PRAZO DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES E LOCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As prestações deverão ser consideradas por fases:

1. Preventivas - ter **conclusão em agosto 2024**, de acordo com o quadro abaixo.

2. Corretivas

- até 60 dias desde a data da entrega do relatório das preventivas, quando não coloca em risco os ocupantes e trabalhadores e ou agravamento do estado do equipamento;
- Até 30 dias desde a data da entrega do relatório das preventivas, quando o risco associado é moderado, não coloca em risco os ocupantes, mas pode agravar os equipamentos/instalações;
- De imediato /até 24h após reportada situação, quando coloca em risco os ocupantes e as instalações

Especialidade de SCIE – Meios 1ª e 2ª intervenção	Data de intervenção
---	---------------------

Manutenção Preventiva	Data de adjudicação até agosto/2024
Manutenção Corretiva (após receção relatórios e ou conhecimento da situação).	Intervenção imediata e/ou até 24h – risco elevado Até 30 dias risco moderado 60 dias risco aceitável

3. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Os serviços de manutenção dos equipamentos decorrerão nos seguintes edifícios afetos aos Serviços de Ação Social da Universidade do Porto:

UNIDADE OPERATIVA	MORADA	RESPONSÁVEL
Unidade Alimentar de S. João	Alameda Prof. Hernâni Monteiro (ao Hospital de S. João), Porto	Paula Ferreira
Unidade Alimentar de Direito	Rua dos Bragas, 171, Porto	Teresa Avelino
Unidade Alimentar e Snack-bar ICBAS/FFUP	Rua Jorge Viterbo Ferreira, Porto	Lurdes Santos
Unidade Alimentar e Snack-bar Desporto	Rua Dr. Plácido Costa, 91, Porto	Graça Magalhães
Snack-bar Ciências	Rua do Campo Alegre, 667, Porto	Lurdes Santos
Residência Alberto Amaral	Rua D. Pedro V, 223, Porto	Olinda Cabrita
Residência Novais Barbosa	Rua da Pena, S/N 4150 – 609 Porto	Ana Luísa Pereira
Residência Paranhos	Rua Alfredo Allen, S/N 4200 - 135 Porto	Esperança Alves
Residência Bandeirinha	Rua da Bandeirinha, 66 4050 – 088 Porto	Ana Paula Cardoso
Residência Aníbal Cunha	Rua Aníbal Cunha 94 4050 – 046 Porto	Ana Paula Cardoso
Residência Campo Alegre (RUCA I)	Rua do Campo Alegre, 1395	Mercês Ramos

	4150 – 135 Porto	
E - Learning Botânico	Rua do Campo Alegre 1277, 4150-173 Porto	Mercês Ramos
Residência Ciências	Rua Campo Alegre, 695 4150 – 179 Porto	Ângela Braga
Estúdios do Planetário	Rua das Estrelas s/n 4150-762 Porto	Ângela Braga
Sede SASUP	Rua dos Bragas, 151 4050 – 123 Porto	Cristina Martins
Núcleo Manutenção Edificado - Oficina	Rua Aníbal Cunha 94 4050 – 046 Porto	António Sousa

1. Para o acesso às instalações dos SASUP, os técnicos de manutenção deverão apresentar a sua identificação ao responsável da unidade.
2. O cocontratante deverá assegurar que a prestação de serviço não interfere com o normal funcionamento das unidades operativas.
3. Adicionalmente, o cocontratante deverá garantir que, nas unidades de alimentação, os serviços são prestados em cumprimento das regras de higiene e segurança alimentar da legislação em vigor e dos procedimentos dos SASUP em matéria de segurança e controlo de acesso.

4. HORÁRIOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As intervenções deverão ser efetuadas em dias úteis, dentro do horário normal de funcionamento de cada unidade, conforme quadro abaixo:

UNIDADE OPERATIVA	HORÁRIO FUNCIONAMENTO
Unidade Alimentar de S. João	8h00-17h00
Unidade Alimentar de Direito	8h00-17h00
Unidade Alimentar e Snack-bar ICBAS/FFUP	8h00-18h00
Unidade Alimentar e Snack-bar Desporto	8h00-17h30
Snack-bar Ciências	8h30-16h30
Residência Alberto Amaral	8h00-12h00 13h00-16h30
Residência Bandeirinha	8h00-12h00 13h00-16h30

Residência Paranhos	8h00-12h00 13h00-16h30
Residência Campo Alegre (RUCA I)	8h00-12h00 13h00-16h30
E - Learning Botânico	8h00-12h00 13h00-16h30
Residência Aníbal Cunha	8h00-12h00 13h00-16h30
Residência Ciências	8h00-12h00 13h00-16h30
Estúdios do Planetário	8h00-12h00 13h00-16h30

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A PRESTAR

EXTINTORES PORTÁTEIS

- Realizar a manutenção anual preventiva dos extintores, efetuando todos os serviços descritos na Norma Portuguesa: NP 4413:2019 (Segurança Contra Incêndios. Manutenção de Extintores) relativos a estes equipamentos.
- Sempre que necessário e mediante prévia validação duma proposta técnico/comercial por parte dos SASUP, realizar intervenções no âmbito da manutenção corretiva, de acordo com a NP 4413:2019:
 - Recarga do agente extintor;
 - Substituição de peças, de forma a garantir o bom funcionamento e aprovação do extintor;
 - Realização de provas hidráulicas;
 - Substituição de extintores por equipamentos novos.
- Os relatórios de intervenção deverão ser efetuados individualmente, por edifício ou viatura, devendo conter, no mínimo, a seguinte informação:
 - a) A identificação do cliente;
 - b) O local onde o serviço foi efetuado;
 - c) A data e o tipo de operação efetuada (manutenção ou carregamento);
 - d) A identificação do extintor objeto da intervenção, onde deve constar:
 - N.º de Identificação e n.º de Série do Extintor;
 - Marca do extintor;
 - Ano de Fabrico;

- Capacidade;
 - Agente extintor;
 - Acessórios / peças eventualmente aplicadas;
 - Data da última prova hidráulica (se aplicável) e data do último carregamento;
 - As anomalias encontradas e o resultado da aprovação técnica (aprovado ou rejeitado);
 - A identificação dos extintores rejeitados durante a manutenção e o motivo da rejeição;
 - Os elementos substituídos ou outras situações que se considerem importantes para conhecer o estado de operacionalidade do extintor;
 - Número de registo na ANEPC (Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil) da empresa responsável pela execução dos serviços;
 - Identificação e assinatura do técnico que executou o serviço (este técnico deve estar qualificado de acordo com o definido na NP 4413:2019);
- Para efeitos de controlo da execução contratual, o cocontratante deverá entregar ao Delegado de Segurança, as etiquetas existentes nos equipamentos à data da intervenção do cocontratante;
 - Durante a vigência do contrato, sempre que for necessária a substituição de extintores, o cocontratante será responsável pelo encaminhamento dos extintores substituídos para a reciclagem, sem custos adicionais;
 - A localização e quantidade dos equipamentos que serão alvo de intervenção no âmbito do presente procedimento encontram-se descritas no mapa de quantidades.

BOCAS DE INCÊNDIO ARMADAS DO TIPO CARRETEL E DO TIPO TEATRO

- A manutenção de Bocas-de-incêndio Armadas do tipo carretel e do tipo teatro deve ser realizada de acordo com os procedimentos indicados na Norma Portuguesa NP EN 671-3:2013 (ed. 2) - instalações fixas de combate a incêndio; sistemas armados com mangueiras; manutenção das bocas de incêndio armadas com mangueiras semirrígidas e das bocas de incêndio armadas com mangueiras flexíveis (parte 3);
- Testar a abertura do manipulador do carretel;
- Aplicação de selo para controlo da utilização deste equipamento;
- Os relatórios de intervenção deverão ser efetuados individualmente, por edifício,

devendo conter no mínimo a seguinte informação:

- A identificação do cliente;
 - O local onde o serviço foi efetuado;
 - A data (ano e mês) da inspeção e da realização dos ensaios;
 - Dados da boca-de-incêndio armada que teve a Intervenção;
 - Identificação de cada boca-de-incêndio armada e/ou de cada sistema armado com mangueiras;
 - Anotações do resultado do ensaio;
 - Relação das peças substituídas e data da sua instalação;
 - Data (ano e mês) da próxima inspeção e ensaio;
 - Operações efetuadas de acordo com os procedimentos indicados na NP EN 671-3:2013 (ed. 2).
- A localização e quantidade dos equipamentos que serão alvo de intervenção no âmbito do presente procedimento encontram-se descritas no mapa de quantidades.

BOCAS DE INCÊNDIO

- A localização e quantidade dos equipamentos que serão alvo de intervenção no âmbito do presente procedimento encontram-se descritas no mapa de quantidades.
- As intervenções a realizar nestes equipamentos são:
 - Inspeccionar e assistir as bocas de incêndio instaladas sob passeio ou outros pavimentos;
 - Testar a abertura das válvulas a 100%;
 - Lubrificar as válvulas;

MANTAS CORTA-FOGO

- Realizar a manutenção anual preventiva das mantas, e que tem as condições técnicas de acordo com a EN 1869:1997.
- A localização e quantidade dos equipamentos que serão alvo de intervenção no âmbito do presente procedimento encontram-se descritas no mapa de quantidades.
- As intervenções a realizar nestes equipamentos são:
 - Verificar a existência do equipamento;
 - Verificar se a manta se encontra devidamente acondicionada nos porta

mantas.

- Verificação da acessibilidade e da sinalização

6. METODOLOGIA DOS ENSAIOS

- A realização de ensaios implicará:
 - o preenchimento pelo cocontratante de fichas de ensaios adequadas para cada instalação, devendo estas ser previamente validadas pelo Delegado de Segurança dos SASUP;
 - o acompanhamento dos ensaios pelo Delegado de Segurança Operacional e o Técnico do Núcleo de Manutenção e Edificado (NME) dos SASUP.
- O agendamento dos ensaios em cada instalação carece de prévia aprovação dos SASUP, de forma a garantir o seu acompanhamento pelo Técnico do NME dos SASUP, pelos responsáveis das instalações.
- A entidade responsável pelos ensaios será responsável garantir as condições/equipamentos necessários para a realização dos mesmos, nomeadamente equipamentos para simulação e meios de elevação.
- Após a conclusão dos ensaios e da validação dos respetivos documentos, todos os sistemas deverão ser colocados em modo de automático.

7. FORMAÇÃO

O cocontratante deverá realizar uma ação de sensibilização, por cada instalação, ao Delegado de Segurança Operacional e Técnico do NME dos SASUP durante o período das suas intervenções, na qual deverão ser transmitidas as informações relativas ao funcionamento operativo e às ações de primeira intervenção no diagnóstico de anomalias técnicas de cada especialidade associada ao SCIE.

8. APOIO TÉCNICO

O adjudicatário deverá disponibilizar um contacto telefónico para apoio técnico aos Delegados de Segurança Operacional de cada instalação e Técnico do NME dos SASUP, por forma a efetuar esclarecimentos de eventuais procedimentos relativos ao funcionamento dos sistemas associados ao SCIE.

As quantidades e as marcas e modelos dos equipamentos encontram-se descritas mapa de quantidades.

CLÁUSULA 26ª CENTRAIS DE BOMBAGEM PARA O SERVIÇO DE INCÊNDIO**1. PROCEDIMENTOS****ARRANQUE AUTOMÁTICO DAS BOMBAS**

- Reduzir a pressão da água na descarga das bombas de forma a simular o arranque automático das mesmas;
- Verificar se os indicadores de pressão estão a funcionar corretamente e regular os valores medidos;
- Verificar se os indicadores dos níveis de fornecimento de água estão a funcionar corretamente;
- Verificar se as válvulas de seccionamento estão na posição correta;
- Verificar o funcionamento da válvula de alívio estão a funcionar corretamente (bombas a funcionar contra válvula fechada);
- Verificar e registar a pressão de arranque das bombas.

MOTORES ELÉTRICOS

- Colocar os motores elétricos em funcionamento durante o tempo recomendado pelo fabricante;
- Registar os números de arranques da bomba jockey.

BOMBAS

- Inspeccionar visualmente a bomba de um modo geral;
- Verificar os manómetros de pressão e se estão a funcionar corretamente;
- Verificar a estanquidade das juntas de vedação do bucim de empanque e respetivo arrefecimento;
- Verificar e lubrificar os rolamentos;
- Verificar o alinhamento e tolerâncias;
- Verificação e teste do funcionamento das válvulas de retenção;

QUADRO ELÉTRICO - POTÊNCIA E COMANDO

- Verificar o funcionamento dos componentes do quadro elétrico, potência e comando;
- Reaperto dos contactos elétricos;
- Teste de funcionamento dos térmicos de proteção;
- Teste dinâmicos das baterias;
- Verificação da sinalização luminosa e acústica.
- Limpeza geral do interior do quadro elétrico;
- Reaperto dos buçins;
- Verificação da estanquidade.
- Selagem da porta do quadro elétrico, com recuso a uma abraçadeira de selagem ou etiqueta autocolante em folha de alumínio.

2. METODOLOGIA DOS ENSAIOS

A metodologia de ensaios implicará o preenchimento de fichas de ensaios próprias para cada instalação, pelo que deverão ser validadas pelo Técnico Responsável de Segurança Contra Incêndios em Edifícios (SCIE) dos Serviços de Ação Social da Universidade do Porto (SASUP) e o respetivo acompanhamento do decorrer dos ensaios.

Deverá ser atempadamente comunicado as datas de ensaios de cada instalação, de forma efetuar comunicação aos utilizados dos espaços e solicitar a presença do (a) Delegado(a) Segurança.

A entidade responsável pelos ensaios deverá garantir condições para a realização dos mesmos, nomeadamente equipamentos para medição e registo.

Após a conclusão dos ensaios e validação dos respetivos documentos, estas deverão ser deixadas em modo de automático.

3. FORMAÇÃO

Deverá ser considerada uma formação durante o período das intervenções, ao Delegado(a) de Segurança de cada unidade, no qual será transmitido informações do funcionamento de cada sistema.

4. DOCUMENTAÇÃO

Todos os trabalhos executados no sistema devem der registados no anexo II das medidas de autoproteção (MAP's) de cada instalação.

Os relatórios de manutenção, deverão ser subscritos pelo Técnico Responsável da realização da intervenção. No qual deverá estar explicito informação sobre anomalias observadas nas operações de verificação das instalações, incluindo a sua descrição, impacto, datas da sua deteção e duração.

A apresentação do termo de responsabilidade da entidade prestadora de serviços de manutenção é obrigatória, por cada sistema, em conformidade com a Nota Técnica n.º 02 - Competências e responsabilidades de SCIE da ANEPC.

5. PRAZO DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES E LOCAIS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇOS

As prestações deverão ser consideradas por fases:

- Preventivas - conclusão em Julho 2024, de acordo com o quadro abaixo.
- Corretivas:
 - até 60 dias desde a data da entrega do relatório das preventivas, quando não coloca em risco os ocupantes e trabalhadores e ou agravamento do estado do equipamento;
 - Até 30 dias desde a data da entrega do relatório das preventivas, quando o risco associado é moderado, não coloca em risco os ocupantes, mas pode agravar os equipamentos/instalações;
 - De imediato /até 24h após reportada situação, quando coloca em risco os ocupantes e as instalações.

Especialidade de SCIE – Centrais de Bombagem	Data de intervenção
--	---------------------

Manutenção Preventiva	Até Julho/2024
Manutenção Corretiva (após receção relatórios e ou conhecimento da situação).	Intervenção imediata e/ou até 24h – risco elevado Até 30 dias risco moderado 60 dias risco aceitável

6. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Os serviços de manutenção dos equipamentos decorrerão nos seguintes edifícios afetos aos Serviços de Ação Social da Universidade do Porto:

UNIDADE OPERATIVA	MORADA	RESPONSÁVEL
Residência Novais Barbosa	Rua da Pena, S/N 4150 – 609 Porto	Ana Luísa Pereira
Residência da Bandeirinha	Rua da Bandeirinha, nº66 4050-088 Porto	Ana Paula Cardoso
Residência Alberto Amaral	Rua D. Pedro V, 223 4150 - 181 Porto	Olinda Cabrita / Cristina Araújo
Residência Campo Alegre (RUCA I)	Rua do Campo Alegre, 1395 4150 – 135 Porto	Mercês Ramos
Residência de Paranhos	Rua Alfredo Allen, s/n 4200-135 Porto	Esperança Alves
Residência de Campo Alegre III - Ciências	Rua do Campo Alegre, 695 4150-179 Porto	Ângela Braga

Para o acesso às instalações dos SASUP, os técnicos de manutenção deverão apresentar a sua identificação ao responsável da unidade.

O cocontratante deverá assegurar que a prestação de serviço não interfere com o normal funcionamento das unidades operativas.

7. HORÁRIOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As intervenções deverão ser efetuadas em dias úteis, dentro do horário normal de funcionamento de cada unidade, conforme quadro abaixo:

UNIDADE OPERATIVA	HORÁRIO FUNCIONAMENTO
Residência Novais Barbosa	8h00-12h00 13h00-16h30
Residência de Bandeirinha	8h00-12h00 13h00-17h00
Residência Alberto Amaral	8h00-12h00 13h00-16h30
Residência Campo Alegre (RUCA I)	8h00-12h00 13h00-16h30
Residência de Paranhos	8h00-12h00 13h00-16h30
Residência de Campo Alegre III	8h00-12h00 13h00-16h30

Caso se verifique a necessidade de efetuar algum trabalho fora do período definido no ponto anterior, este carece de autorização dos Serviços de Ação Social da Universidade do Porto. O pedido de autorização deverá ser realizado previamente e deverá ser acompanhado pelo respetivo plano de trabalhos.

8. APOIO TÉCNICO

O adjudicatário terá de disponibilizar um contacto telefónico para apoio técnico aos Delegados de Segurança de cada instalação, por forma a efetuar esclarecimentos de eventuais procedimentos de funcionamentos dos sistemas associados ao SCIE.

CLÁUSULA 27ª PORTAS CORTA-FOGO**1. PRAZO DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES**

As prestações deverão ser consideradas por fases:

- Preventivas - ter início em junho e conclusão em setembro 2024, de acordo com o quadro abaixo.
- Corretivas
 - até 60 dias desde a data da entrega do relatório das preventivas, quando não coloca em risco os ocupantes e trabalhadores e ou agravamento do estado do equipamento;
 - Até 30 dias desde a data da entrega do relatório das preventivas, quando o risco associado é moderado, não coloca em risco os ocupantes, mas pode agravar os equipamentos/instalações;
 - De imediato /até 24h após reportada situação, quando coloca em risco os ocupantes e as instalações.

Especialidade de SCIE – Portas Corta Fogo	Data de intervenção
Manutenção Preventiva	junho a setembro/2024
Manutenção Corretiva (após receção relatórios e ou conhecimento da situação).	Intervenção imediata e/ou até 24h – risco elevado Até 30 dias risco moderado 60 dias risco aceitável

2. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- a) Os serviços de manutenção dos equipamentos decorrerão nos seguintes edifícios afetos aos Serviços de Ação Social da Universidade do Porto:

UNIDADE OPERATIVA	MORADA	RESPONSÁVEL
Unidade Alimentar de Direito	Rua dos Bragas, 171, Porto 4050-122 Porto	Teresa Avelino
Residência Alberto Amaral	Rua D. Pedro V, 223, Porto 4150-603 Porto	Olinda Cabrita
Residência Novais Barbosa	Rua da Pena, S/N 4150 – 609 Porto	Ana Luísa Pereira
Residência Paranhos	Rua Alfredo Allen, S/N 4200 - 135 Porto	Esperança Alves
Residência Campo Alegre (RUCA I)	Rua do Campo Alegre, 1395 4150 – 135 Porto	Mercês Ramos
Residência Campo Alegre III - Ciências	Rua Campo Alegre, 695 4150 – 179 Porto	Ângela Braga
Sede SASUP	Rua dos Bragas, 151 4050 – 123 Porto	Cristina Martins

- b) Para o acesso às instalações dos SASUP, os técnicos de manutenção deverão apresentar a sua identificação ao responsável da unidade.
- c) O cocontratante deverá assegurar que a prestação de serviço não interfere com o normal funcionamento das unidades operativas.
- d) Adicionalmente, o cocontratante deverá garantir que, nas unidades de alimentação, os serviços são prestados em cumprimento das regras de higiene e segurança alimentar da legislação em vigor e dos procedimentos dos SASUP em matéria de segurança e controlo de acesso.

3. HORÁRIOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- a) As intervenções deverão ser efetuadas em dias úteis, dentro do horário normal de funcionamento de cada unidade, conforme quadro abaixo:

UNIDADE OPERATIVA	HORÁRIO FUNCIONAMENTO
Unidade Alimentar de Direito	8h00-17h00
Residência Alberto Amaral	8h00-12h00 13h00-16h30
Residência Paranhos	8h00-12h00 13h00-16h30
Residência Campo Alegre (RUCA I)	8h00-12h00 13h00-16h30
Residência Campo Alegre III - Ciências	8h00-12h00 13h00-16h30
Residência Novais Barbosa	8h00-12h00 13h00-16h30
Sede SASUP	8h00-12h00 13h00-17h00

- b) Caso se verifique a necessidade de efetuar algum trabalho fora do período definido no ponto anterior, este carece de autorização dos Serviços de Ação Social da Universidade do Porto. O pedido de autorização deverá ser realizado previamente e deverá ser acompanhado pelo respetivo plano de trabalhos.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A PRESTAR

- Identificação - Verificação e registo se a porta possui chapa ou outros elementos de identificação legíveis;
- Fita Intumescente - Verificar se a porta possui fitas intumescentes, seu estado, posicionamento e substituir se necessário;
- Mola/Sistema Fecho - Verificar o curso, o correto funcionamento e o fecho da porta;
- Acessórios - Verificar o estado geral (Puxador; Barra Antipânico; Cilindro; Fechadura, etc.);
- Aro - Verificar o estado geral do aro e da folha da porta (acabamento, faltas de material, fixação, aperto das dobradiças, etc.);
- Porta - Verificar o estado geral do aro e da folha da porta (acabamento, faltas de material, fixação, aperto das dobradiças, etc.);
- Porta e Aro - Verificar que as folgas se mantêm constantes entre a folha da porta e o aro;
- Vidros e Envidraçados - Verificar se o vidro está isento de qualquer dano e se as fitas e os perfis

de fixação estão perfeitamente fixos;

- Dispositivos de Retenção Eletromagnéticos - Verificar o funcionamento dos dispositivos de retenção;
- Fechadura - Verificar funcionamento da fechadura, limpar e lubrificar;
- Cilindro - Verificar funcionamento do cilindro, limpar e lubrificar; voltar a colocar;
- Puxador/Barra Anti-Pânico - Verificar funcionamento do puxador/Barra Anti-Pânico, limpar e lubrificar;
- Dobradiças - Lubrificar dobradiças (se necessário desmontar e limpar);
- Mola/Sistema Fecho - Afiar a mola/sistema de fecho e verificar o curso de fecho;
- Borracha/Silicone - Verificar as juntas do vidro e se necessário substituir;
- Seletor de Fecho - Afiar o seletor de fecho;
- Outros a considerar pelo prestador de serviço.

5. METODOLOGIA DOS ENSAIOS

A realização de ensaios implicará:

- o preenchimento pelo cocontratante de fichas de ensaios adequadas para cada instalação, devendo estas ser previamente validadas pelo Delegado de Segurança dos SCIE dos SASUP;
- o acompanhamento dos ensaios pelo Delegado de Segurança Operacional dos SASUP e o técnico do Núcleo de Manutenção e Edificado (NME).

Após a conclusão dos ensaios e da validação dos respetivos documentos, todos os sistemas deverão ser colocados em modo de automático.

6. FORMAÇÃO

O cocontratante deverá realizar uma ação de sensibilização, por cada instalação, ao Delegado de Segurança Operacional e ao técnico do Núcleo de Manutenção e Edificado (NME) dos SASUP durante o período das suas intervenções, na qual deverão ser transmitidas as informações relativas ao funcionamento operativo e às ações de primeira intervenção no diagnóstico de anomalias técnicas de cada especialidade associada ao SCIE.

7. DOCUMENTAÇÃO

- Todas as intervenções no âmbito do presente contrato, deverão ser registadas no anexo II das Medidas de Autoproteção (MAP's) de cada instalação.
- Os relatórios de manutenção deverão ser subscritos pelo Técnico Responsável de cada especialidade e deverão ser garantidas as evidências que este efetuou o acompanhamento de cada intervenção. Neste documento deverá estar explícita todas as informações de anomalias observadas nas operações de manutenção preventiva e corretiva, incluindo a sua descrição, impacto, data da sua deteção e duração.
- Após a conclusão da intervenção em cada sistema, o cocontratante deverá apresentar um termo de responsabilidade em conformidade com a Nota Técnica n.º 02 - Competências e responsabilidades de SCIE da ANEPC.

8. APOIO TÉCNICO

O adjudicatário deverá disponibilizar um contacto telefónico para apoio técnico aos Delegados de Segurança Operacional de cada instalação, por forma a efetuar esclarecimentos de eventuais procedimentos relativos ao funcionamento dos sistemas associados ao SCIE.

As quantidades e as marcas e modelos dos equipamentos encontram-se descritas no mapa de quantidade.

CLÁUSULA 28ª SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA

1. ÂMBITO DO CONTRATO

A sinalização, em regra, baseia-se em placas de sinalização fotoluminescentes podendo também recorrer a pictogramas retro iluminados. As placas de sinalização, em segurança contra incêndio, são caracterizadas pela sua forma, cores de segurança, de fundo e do pictograma, conforme se apresenta resumidamente a seguir:

- Sinais de proibição: formato circular, cor de segurança vermelha;
- Sinais de obrigação: formato circular, cor de segurança azul;

- Sinais de perigo: formato triangular, cor de segurança amarela;
- Sinais de equipamentos de combate a incêndio: formato retangular (ou quadrado), cor de segurança vermelha;
- Sinais de emergência (vias de evacuação, saídas, etc.): formato retangular (ou quadrado), cor de segurança verde;
- Sinais de informações várias (pisos, locais, etc.): formato retangular (ou quadrado), cor de segurança azul;
- As cores de contraste ou dos pictogramas são a branca ou a preta.

As placas de sinalização devem possuir as seguintes características indicadas na Nota Técnica n.º 11 - Sinalização de segurança da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) e serem afixadas nos locais indicados na NT 11 da ANEPC.

- Sinalização de Segurança:
 - Pictogramas de combate a incêndio;
 - Pictogramas de emergência;
 - Pictogramas de informação;
 - Plantas de Piso A3 e Plantas de Emergência (quartos);
 - Outra sinalética relevante para a SCIE.

Os trabalhos de manutenção dos sistemas indicados na alínea anterior deverão ser realizados de acordo com as especificações técnicas do Caderno de Encargos. Sempre que necessário, a manutenção deverá incluir a aplicação/substituição de sinalética novas, mas apenas após a validação prévia pelos SASUP de proposta técnico-comercial do cocontratante.

2. PRAZO DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

As prestações deverão ser consideradas por fases:

- Preventivas - **conclusão até novembro 2024**, de acordo com o quadro abaixo.
- Corretivas
 - até 60 dias desde a data da entrega do relatório das preventivas, quando não coloca em risco os ocupantes e trabalhadores e ou agravamento do estado do

equipamento;

- Até 30 dias desde a data da entrega do relatório das preventivas, quando o risco associado é moderado, não coloca em risco os ocupantes, mas pode agravar os equipamentos/instalações;
- De imediato /até 24h após reportada situação, quando coloca em risco os ocupantes e as instalações.

Especialidade de SCIE – Sinalética	Data de intervenção
Manutenção Preventiva	Até novembro/2024
Manutenção Corretiva (após receção relatórios e ou conhecimento da situação).	Intervenção imediata e/ou até 24h – risco elevado Até 30 dias risco moderado 60 dias risco aceitável

3. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Os serviços de manutenção dos equipamentos decorrerão nos seguintes edifícios afetos aos Serviços de Ação Social da Universidade do Porto:

UNIDADE OPERATIVA	MORADA	RESPONSÁVEL
Unidade Alimentar de S. João	Alameda Prof. Hernâni Monteiro (ao Hospital de S. João), Porto	Paula Ferreira
Unidade Alimentar de Direito	Rua dos Bragas, 171, Porto	Teresa Avelino
Unidade Alimentar e Snack-bar ICBAS/FFUP	Rua Jorge Viterbo Ferreira, Porto	Lurdes Santos
Unidade Alimentar e Snack-bar Desporto	Rua Dr. Plácido Costa, 91, Porto	Graça Magalhães
Snack-bar Ciências	Rua do Campo Alegre, 667, Porto	Lurdes Santos
Residência Alberto Amaral	Rua D. Pedro V, 223, Porto	Olinda Cabrita
Residência Novais Barbosa	Rua da Pena, S/N 4150 – 609 Porto	Ana Luísa Pereira
Residência Campo Alegre (RUCA I)	Rua do Campo Alegre, 1395	Mercês Ramos

	4150 – 135 Porto	
E - Learning Botânico	Rua do Campo Alegre 1277, 4150-173 Porto	Mercês Ramos
Estúdios do Planetário	Rua das Estrelas s/n 4150-762 Porto	Ângela Braga
Residência Campo Alegre III - Ciências	Rua Campo Alegre, 695 4150 – 179 Porto	Ângela Braga
Residência Bandeirinha	Rua da Bandeirinha, 66 4050 – 088 Porto	Ana Paula Cardoso
Residência Aníbal Cunha	Rua Aníbal Cunha 94 4050 – 046 Porto	Ana Paula Cardoso
Residência Paranhos	Rua Alfredo Allen, S/N 4200 - 135 Porto	Esperança Alves
Sede SASUP	Rua dos Bragas, 151 4050 – 123 Porto	Cristina Martins
NME - Oficina	Rua Aníbal Cunha 94 4050 – 046 Porto	António Sousa

- e) Para o acesso às instalações dos SASUP, os técnicos de manutenção deverão apresentar a sua identificação ao responsável da unidade.
- f) O cocontratante deverá assegurar que a prestação de serviço não interfere com o normal funcionamento das unidades operativas.
- g) Adicionalmente, o cocontratante deverá garantir que, nas unidades de alimentação, os serviços são prestados em cumprimento das regras de higiene e segurança alimentar da legislação em vigor e dos procedimentos dos SASUP em matéria de segurança e saúde no trabalho e controlo de acesso.

4. HORÁRIOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As intervenções deverão ser efetuadas em dias úteis, dentro do horário normal de funcionamento de cada unidade, conforme quadro abaixo:

UNIDADE OPERATIVA	HORÁRIO FUNCIONAMENTO
Unidade Alimentar de S. João	8h00-17h00
Unidade Alimentar de Direito	8h00-17h00
Unidade Alimentar e Snack-bar ICBAS/FFUP	8h00-18h00
Unidade Alimentar e Snack-bar Desporto	8h00-17h30
Snack-bar Ciências	8h30-16h30
Residência Alberto Amaral	8h00-12h00 13h00-16h30
Residência Bandeirinha	8h00-12h00 13h00-16h30
Residência Paranhos	8h00-12h00 13h00-16h30
Residência Campo Alegre (RUCA I)	8h00-12h00 13h00-16h30
E - Learning Botânico	8h00-12h00 13h00-16h30
Residência Aníbal Cunha	8h00-12h00 13h00-16h30
Residência Campo Alegre III - Ciências	8h00-12h00 13h00-16h30
Estúdios do Planetário	8h00-12h00 13h00-16h30
Residência Novais Barbosa	8h00-12h00 13h00-16h30
NME – Oficina	8h00-12h00 13h00-16h30
Sede SASUP	8h00-12h00 13h00-17h00

Caso se verifique a necessidade de efetuar algum trabalho fora do período definido no ponto anterior, este carece de autorização dos Serviços de Ação Social da Universidade do Porto. O pedido de autorização deverá ser realizado previamente e deverá ser acompanhado pelo respetivo plano de trabalhos.

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A PRESTAR

- A manutenção da sinalização de segurança deve ser realizada de acordo com os procedimentos indicados na legislação em vigor no Regulamento Técnico da SCIE (RT-SCIE), Portaria n.º 135/2020, de 2 de junho e a declaração de retificação n.º 26/2020, de 27 de julho.
- Verificar se as placas que fiquem salientes relativamente aos elementos de construção que a suportam, estão a uma altura superior a 2,10 m e não superior a 3 m (exceto em espaços amplos devidamente justificado).

-
- Verificar se a sinalização de segurança foi instalada em conformidade com as características do local da sua fixação, nomeadamente aderência, rugosidade, humidade, integridade e manutenção das características.
 - Verificar se os sinais estão localizados conforme o projeto e verificar se mantêm a sua adequabilidade face a alterações introduzidas.
 - Efetuar uma inspeção visual para confirmar que todos os pictogramas estão seguros e não danificados.
 - Realizar a manutenção anual preventiva da sinalização de segurança, efetuando todos os serviços descritos na NP 3992 - Regulamento de Segurança contra Incêndio, na NT n.º 11 da ANEPC – Sinalização de Segurança, relativos à sinalética.
 - Verificar a existência do pictograma;
 - Correção de altura e local devendo ser visíveis a partir de qualquer ponto;
 - Verificar os parâmetros de aplicação e montagem:
 - Paralela à parede;
 - Perpendiculares à parede
 - A 45º com a parede;
 - Altura de montagem dos pictogramas.
 - Confirmação da área mínima em função da distância a que deve ser avistado;
 - Confirmar a luminância dos pictogramas (intensidade luminosa), conforme UNE 23035;
 - Confirmar características:
 - Material rígido, fotoluminescente;
 - Materiais auto-extinguíveis e retardantes da propagação do fogo
 - Possuir propriedade que garantam a luminância e o tempo de atenuação após se extinguir a fonte luminosa.
 - Sempre que necessário e mediante prévia validação dum proposta técnico/comercial por parte dos SASUP, realizar intervenções no âmbito da manutenção corretiva, de acordo com NT n.º 11

da ANEPC;

- Os relatórios de intervenção deverão ser efetuados individualmente, por edifício devendo conter, no mínimo, a seguinte informação:
 - a) A identificação do cliente;
 - b) O local onde o serviço foi efetuado;
 - c) A data e o tipo de operação efetuada (manutenção ou substituição);
 - d) A identificação do pictograma objeto da intervenção, onde deve constar:
 - Identificação dos pictogramas;
 - As anomalias encontradas e o resultado da aprovação técnica (aprovado ou rejeitado);
 - A identificação dos pictogramas rejeitados durante a manutenção e o motivo da rejeição;
 - Número de registo na ANEPC (Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil) da empresa responsável pela execução dos serviços;
 - Identificação e assinatura do técnico que executou o serviço (este técnico deve estar qualificado de acordo com o definido na Nota Técnica n.º 02 - Competências e responsabilidades de SCIE da ANEPC).
- Durante a vigência do contrato, sempre que for necessária a substituição de pictogramas, o cocontratante será responsável pelo encaminhamento dos pictogramas substituídos para a reciclagem, sem custos adicionais;
- A localização e quantidade dos equipamentos que serão alvo de intervenção no âmbito do presente procedimento encontram-se descritas no mapa de quantidades.

6. METODOLOGIA DOS ENSAIOS

A realização da manutenção implicará:

- o preenchimento pelo cocontratante de fichas adequadas para cada instalação, devendo estas ser previamente validadas pelo Delegado de Segurança SASUP;
- o acompanhamento dos ensaios pelo Delegado de Segurança Operacional/Local dos

SASUP.

7. FORMAÇÃO

O cocontratante deverá realizar uma ação de sensibilização, por cada instalação, ao Delegado de Segurança Operacional/Local dos SASUP durante o período das suas intervenções, na qual deverão ser transmitidas as informações relativas à verificação do estado dos pictogramas no diagnóstico de anomalias associada ao SCIE.

8. DOCUMENTAÇÃO

- Todas as intervenções no âmbito do presente contrato, deverão ser registadas no anexo II das Medidas de Autoproteção (MAP's) de cada instalação.
- As entidades convidadas deverão, em fase de apresentação de proposta, apresentar comprovativo de registo na ANEPC, conforme condições previstas na Portaria n.º 773/2009 (Define o procedimento de registo, na ANEPC, das entidades que exerçam a atividade de comercialização, instalação e ou manutenção de produtos e equipamentos de segurança contra incêndio em edifícios (SCIE) ou documento atestado pela ANEPC.
- Os relatórios de manutenção deverão ser subscritos pelo Técnico Responsável de cada especialidade e deverão ser garantidas as evidências que este efetuou o acompanhamento de cada intervenção. Neste documento deverá estar explícita todas as informações de anomalias observadas nas operações de manutenção preventiva e corretiva, incluindo a sua descrição, impacto, data da sua deteção e duração.
- Após a conclusão da intervenção em cada sistema, o cocontratante deverá apresentar um termo de responsabilidade em conformidade com a Nota Técnica n.º 02 Competências e responsabilidades de SCIE da ANEPC.

9. APOIO TÉCNICO

O adjudicatário deverá disponibilizar um contacto telefónico para apoio técnico ao Responsável do NME e Delegados de Segurança, por forma a efetuar esclarecimentos de eventuais procedimentos relativos ao funcionamento dos sistemas associados ao SCIE.

As quantidades dos pictogramas encontram-se descritas mapa de quantidades.

CLÁUSULA 29ª SEGUROS

1. O Cocontratante obriga-se a contratar e a manter válidos os Seguros de Acidentes de Trabalho, bem como outros legalmente exigíveis.
2. Para além do seguro de acidentes de trabalho, o Cocontratante terá que possuir, com duração igual à do contrato do presente procedimento, um Seguro de Responsabilidade Civil, para cobertura de todos os danos causados a terceiros que resultem da sua atividade.
3. O Cocontratante é obrigado a apresentar ao Contraente Público, os documentos comprovativos das apólices de seguro referidas nos números anteriores.

CLÁUSULA 30ª AFETAÇÃO DE MEIOS

1. O Cocontratante deve colocar à disposição do pessoal técnico afeto ao contrato, os meios adequados para o desempenho da sua atividade, nomeadamente: ferramentas, equipamento para trabalho acima/abaixo ao solo (escadas, escadotes, andaimes, etc), aparelhos de medição e teste, vestuário e equipamento de proteção para garantia do cumprimento das regras de Segurança Saúde no Trabalho em vigor.
2. O Cocontratante providenciará ainda, a seu cargo, pelo transporte do pessoal ao seu serviço, em todas as deslocações que este tiver que efetuar no âmbito do contrato.

CLÁUSULA 31ª SERVIÇO DA MANUTENÇÃO CORRETIVA

1. O material a afetar à prestação de serviços no âmbito da manutenção corretiva (valor sem IVA) deve ser previamente comunicado e autorizado pelos órgãos competentes, com o envio de orçamento para o email do gestor do contrato.
2. O Contraente Público reserva-se no direito de consultar outros fornecedores obrigando-se o Cocontratante a acompanhar o preço mais baixo, desde que reunidas as mesmas especificações e condições dos bens.
3. O Contraente Público, ao abrigo do direito de consulta a outros fornecedores podem, ainda, apresentar ao Cocontratante, outras alternativas que se afigurem mais vantajosas;

-
4. Nas situações referidas nos números anteriores, e caso o Cocontratante não possa acompanhar a alternativa ou melhorá-la, assiste ao Contraente Público o direito de optar pela solução mais vantajosa, mesmo que apresentada por entidade diferente do Cocontratante.
5. O valor alocado aos Serviços de Manutenção corretiva não planeada apenas será usado por indicação explícita do Contraente Público.

ANEXO I – MAPA DE QUANTIDADES

POS. 1.	DESIGNAÇÃO EQUIPAMENTOS DE 1ª E 2ª INTERVENÇÃO	QT	UC
1.1.	Q10 - Sede SASUP		
	Morada: Rua dos Bragas, 151, 4050-123 Porto		
1.1.1.	Extintor - Agente Extintor - CO2 - 5 kg	1	un.
1.1.2.	Extintor - Agente Extintor - CO2 - 2 kg	5	un.
1.1.3.	Extintor - Agente Extintor - ABC - 6 kg	11	un.
1.1.4.	Extintores (Reserva para formação) - 11 extintores		
1.1.4.1	Extintor - Agente Extintor - CO2 - 2 kg	3	un.
1.1.4.2.	Extintor - Agente Extintor - ABC - 6 kg	8	un.
1.1.5.	Manutenção Rede de Incêndio		
1.1.5.1	Carreteis de 1ª Intervenção	9	un.
1.1.5.2	Boca de alimentação Siamesa - Exterior Sobre Passeio	1	un.
1.1.6.	Sistema de extinção automática CO2 - SAEI - Data Center Piso 4, composto por seguintes equipamentos:	1	conj.
1.1.6.1.	Manutenção aos sistemas automáticos de extinção de incêndios (SAEI) -Data Center		
1.2.	Q22 - Residência Universitária de Campo Alegre I		
	Morada: Rua do Campo Alegre n.º 1395, 4150-181 Porto		
1.2.1.	Extintor - Agente Extintor - CO2 - 2 kg	1	un.
1.2.2	Extintor - Agente Extintor - CO2 - 5Kg	1	un.
1.2.3.	Extintor - Agente Extintor - ABC - 4 kg	7	un.
1.2.4.	Extintor - Agente Extintor - ABC - 6 kg	39	un.
1.2.5.	Carreteis de 25 mm - 1ª Intervenção	13	un.
1.2.6.	Manutenção Mantas Ignífugas	15	un.
1.3.	Q23 - Residência Universitária de Paranhos - E-Learning		
	Morada: Rua Dr. Manuel P. da Silva s/n, 4200-394 Porto		
1.3.1.	Extintor - Agente Extintor - CO2 - 5 kg (2 Eleaning/1RU)	3	un.
1.3.2.	Extintor - Agente Extintor - CO2 - 2 kg (2 Eleaning/5 RU)	7	un.
1.3.3.	Extintor - Agente Extintor - ABC - 6 kg	34	un.
1.3.4.	Extintor - Agente Extintor - H2O ABF - 6 l	1	un.
1.3.5.	Carreteis de 25 mm - 1ª Intervenção (2 Eleaning/5 RU)	7	un.
1.3.6.	Manutenção Mantas Ignífugas	12	un.

1.4.	Q24 - Residência Universitária de Alberto Amaral		
	Morada: Rua D. Pedro V n.º 223, 4150-601 Porto		
1.4.1.	Extintor - Agente Extintor - CO2 - 2 kg	21	un.
1.4.2.	Extintor - Agente Extintor - CO2 - 5 kg	4	un.
1.4.3.	Extintor - Agente Extintor - ABC - 6 kg	61	un.
1.4.4.	Bocas de alimentação Siamesa - Exterior Sobre Passeio Exteriores (junto VVE)	4	un.
1.4.5.	Hidrantes Exteriores	2	un.
1.4.6.	Manutenção Mantas Ignífugas	22	un.
1.5.	Q25 - Residência Universitária de Novais Barbosa		
	Morada: Rua da Pena s/n, 4150-607 Porto		
1.5.1.	Extintor - Agente Extintor - CO2 - 5 kg	5	un.
1.5.2.	Extintor - Agente Extintor - CO2 - 2 kg	1	un.
1.5.3.	Extintor - Agente Extintor - ABC - 6 kg	77	un.
1.5.4.	Carreiros de 1ª Intervenção	19	un.
1.5.5.	Bocas de alimentação Siamesa coluna seca - Exterior Sobre Passeio	1	un.
1.5.6.	Hidrantes Exteriores	1	un.
1.5.7.	Aquisição e aplicação de valvula na boca dupla	1	un.
1.5.8.	Aquisição de extintor de CO2 de 5Kg com caixa em PVC com abertura fácil	2	un.
1.6.	Q26 - Residência Universitária de Campo Alegre III -Ciências		
	Morada: Rua do Campo Alegre n.º 667, 4150-177 Porto		
1.6.1.	Extintor - Agente Extintor - CO2 (BC) - 2 kg	1	un.
1.6.2.	Extintor - Agente Extintor - CO2 (BC) - 5 kg	1	un.
1.6.3.	Extintor - Agente Extintor - ABC - 6 kg	14	un.
1.6.5.	Carreiros de 25 mm - 1ª Intervenção	7	un.
1.6.6.	Bocas de alimentação Siamesa coluna seca - Exterior	1	un.
1.6.7.	Bocas de incêndio SI	7	un.
1.6.8.	Manutenção Mantas Ignífugas	1	un.
1.6.9.	Aquisição Mantas Ignífugas com as medidas:RM120*180RS (EN 1869:1997)	4	un.
1.6.10.	Aquisição sinalética para as Mantas Ignífugas (150*150)	4	un.
1.7.	Q31 - E - Learning Botânico		
	Morada: Rua do Campo Alegre 1277, 4150-173 Porto		
1.7.1.	Extintor de Pó Químico Seco ABF 6 Lt	6	un.
1.7.2.	Extintor - Agente Extintor - H2O ABF - 9L	2	un.
1.7.3.	Manutenção Mantas Ignífugas	1	un.
1.8.	Q21 - Residência Universitária de Bandeirinha		
	Morada: Rua do Bandeirinha n.º 66, 4050-088 Porto		

1.8.1	Extintor - Agente Extintor - CO2 (BC) - 2 kg	7	un.
1.8.2	Extintor - Agente Extintor - ABC - 6 kg	9	un.
1.8.3	Carreteis de 25 mm - 1ª Intervenção	7	un.
1.8.4	Manutenção Mantas Ignífugas	5	un.
1.9	Q20 - Residência Universitária Aníbal Cunha		
	Morada: Rua Aníbal Cunha n.º 94, 4050-046 Porto		
1.9.1	Extintor - Agente Extintor - CO2 - 2 kg	1	un.
1.9.2	Extintor - Agente Extintor - ABC - 6 kg	9	un.
1.9.3	Manutenção Mantas Ignífugas	1	un.
1.10	Q47 - Unidade Alimentar de S.João		
	Morada: Alameda Prof. Hernâni Monteiro (ao Hospital de S. João) 4200-319 Porto		
1.10.1	Extintor - Agente Extintor - CO2 (BC) - 2 kg	5	un.
1.10.2	Extintor - Agente Extintor - CO2 (BC) - 5 kg	1	un.
1.10.3	Extintor - Agente Extintor - ABC - 6 kg	8	un.
1.10.4	Carreteis de 1ª Intervenção	2	un.
1.10.5	Aquisição de 2 agulhetas storz fema para 45mm	2	un.
1.10.6	Aquisição de 2 agulhetas storz macho para 45 mm	2	un.
1.10.7	Manutenção Mantas Ignífugas	2	un.
1.11	Q49 - Unidade Alimentar de DESPORTO (FADEUP)		
	Morada: Dr. Plácido da Costa - 4200-450 - Porto		
1.11.1	Extintor - Agente Extintor - CO2 - 2 kg	1	un.
1.11.2	Extintor - Agente Extintor - ABC - 6 kg	2	un.
1.11.2	Manutenção Mantas Ignífugas	1	un.
1.12	Q45 - Unidade Alimentar de Direito		
	Morada: Rua dos Bragas, 157, 4050-123 Porto		
1.12.1	Extintor - Agente Extintor - CO2 (BC) - 5 kg	5	un.
1.12.2	Extintor - Agente Extintor - ABC - 6 kg	3	un.
1.12.3	Extintor - Agente Extintor - CO2 - 2 kg	1	un.
1.12.4	Carreteis de 1ª Intervenção	2	un.
1.12.5	Manutenção Mantas Ignífugas	2	un.
1.12.6	Sistema Automático de Detecção e Supressão Automático da Hotte Principal - Sistema marca: ANSUL - R-102, agente de supressão ANSULEX, equipado com uma central de atuação totalmente mecânica, detetores termo fusíveis que se encontram instalados no interior da hotte e um dispositivo de atuação manual em caso de incêndio.	1	conj.

1.13	Q60 - Unidade Alimentar Snack Bar Ciências		
	Morada: Rua do Campo Alegre n.º 667, 4150-177 Porto		
1.13.1	Extintor - Agente Extintor - ABC - 6 kg	3	un.
1.13.2	Carreteis de 1ª Intervenção	1	un.
1.13.3	Manutenção Mantas Ignífugas	1	un.
1.14	Q11 - Unidade Manutenção		
	Morada: Aníbal Cunha n.º 90 Porto		
1.14.1	Extintor - Agente Extintor - CO2 - 2 kg	1	un.
1.14.2	Extintor - Agente Extintor - ABC - 6 kg	6	un.
1.14.3	Extintor - Agente Extintor - CO2 (BC) - 5 kg	1	un.
1.15	Viaturas		
	Morada: Rua dos Bragas, 151, 4050 - 123 Porto (Edifício Sede) - 3 viaturas 12-QH-39 12-QH-42 89-51-OG		
	Morada: Aníbal Cunha n.º 90 Porto (NME-Oficina Manutenção) - 3 viaturas AC-13-ZL 68-40-EP 89-21-OG		
1.15.1	Extintor - Agente Extintor - ABC - 2 kg	6	un.
1.16	Estúdios do Planetário		
	Morada: Rua das Estrelas s/n 4150-762 Porto		
1.16.1	Extintor - Agente Extintor - ABC - 6 kg	2	un.
1.16.2	Aquisição Mantas Ignífugas com as medidas:RM120*180RS (EN 1869:1997)	2	un.
1.16.3	Aquisição sinalética para as Mantas Ignífugas (150*150)	2	un.
2	GRUPOS HIDRÁULICOS		
2.1	Q21 - Residência Bandeirinha		
	Grupo de bombagem SCIE, com as seguintes características e equipamentos:	1	conj.
	- Marca: Grundfos		
	- Modelo: FS2EAKCR32 CR 5-1.4		
	- Série: 9164/ 0425.5 E.G		
	- 2 unid. Bombas principais;		
	- 1 unid. Bomba jockey ;		
	- 1 unid. Vaso expansão;		
	- 1 unid. Quadro elétrico (potência e comando);		
	- Equipamento de controlo e comando.		
2.2	Q22 - Residência Campo Alegre I		

	<p>Grupo de bombagem SCIE, com as seguintes características e equipamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Marca: Grundfos - Modelo: FS2EAKCR30 CR 2-110 - Série: 9420F349M - 2 unid. Bombas principais; - 1 unid. Bomba jockey ; - 1 unid. Vaso expansão; - 1 unid. Quadro elétrico (potência e comando); - Equipamento de controlo e comando. 	1	conj.
2.3	Q23 - Residência de Paranhos		
	<p>Grupo de bombagem SCIE, com as seguintes características e equipamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Marca: Grundfos - Modelo: FS2EAKCR30 CR 2-110 - Série: 9420F349 - 2 unid. Bombas principais; - 1 unid. Bomba jockey ; - 1 unid. Vaso expansão; - 1 unid. Quadro elétrico (potência e comando); - Equipamento de controlo e comando. 	1	conj.
2.4	Q24 - Residência Alberto Amaral		
	<p>Grupo de bombagem SCIE, com as seguintes características e equipamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Marca: Lowara - ITT Industries - Modelo: Goulds Pumps - Série: P-0412 - 2 unid. Bombas principais - Modelo: LMSOB 14/311; - 1 unid. Bomba jockey ; - 2 unid. Vaso expansão; - 1 unid. Quadro elétrico (potência e comando); - Equipamento de controlo e comando. 	3	conj.
2.5	Q25 - Residência Novais Barbosa		
2.5.1	Grupo de bombagem SCIE, com as seguintes características e equipamentos:	1	conj.

	<ul style="list-style-type: none"> - Marca: Grundfos - Modelo: FS2EAK-CR-32-4 CR5 -1.4 - Série: 9164/ 0425EG - 2 unid. Bombas principais; - 1 unid. Bomba jockey ; - 1 unid. Vaso expansão; - 1 unid. Quadro elétrico (potência e comando); - Equipamento de controlo e comando. 		
2.5.2	Correção do empanque da bomba do grupo	1	un.
2.5.3	Pictograma Sinalux " Central de Bombagem P0787- medida 400x200"	1	un.
2.6	<p>Q26 - Residência Campo Alegre III - Ciências</p> <p>Grupo de bombagem SCIE, com as seguintes características e equipamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Marca: Lowara - ITT Industries - Modelo: Goulds Pumps - Série: P-1039 - 2 unid. Bombas principais - Modelo: LMSOB 14/311; - 1 unid. Bomba jockey ; - 2 unid. Vaso expansão; - 1 unid. Quadro elétrico (potência e comando); - Equipamento de controlo e comando; 	1	conj.
3	PORTAS CORTA FOGO		
3.1	Q10 - Sede SASUP		
	Morada: Rua dos Bragas, 151, 4050-123 Porto		
3.1.1.	Manutenção preventiva de portas Corta Fogo - 1 Folha, em conformidade com norma portuguesa de certificação de serviço DNP/TS 4513:2018.	9	un.
3.1.2	Manutenção preventiva de portas Corta Fogo - 2 Folha, em conformidade com norma portuguesa de certificação de serviço DNP/TS 4513:2018.	6	un.
3.2.	Q22 - Residência Campo Alegre I		
	Morada: Rua do Campo Alegre n.º 1395, 4150-181 Porto		
3.2.1.	Manutenção preventiva de portas Corta Fogo - 1 Folha, em conformidade com norma portuguesa de certificação de serviço DNP/TS 4513:2018.	2	un.
3.3	Q23 - Residência Universitária de Paranhos - E-Learning		
	Morada: Rua Dr. Manuel P. da Silva s/n, 4200-394 Porto		
	Manutenção preventiva de portas Corta Fogo, em conformidade com norma portuguesa de certificação de serviço DNP/TS 4513:2018.		
3.3.1.	Portas Corta Fogo - 2 Folhas	4	un.
3.3.2	Portas Corta Fogo - 1 Folhas	1	un.
3.4.	Q24 - Residência Universitária de Alberto Amaral		

	Morada: Rua D. Pedro V n.º 223, 4150-601 Porto		
	Manutenção preventiva de portas Corta Fogo, em conformidade com norma portuguesa de certificação de serviço DNP/TS 4513:2018.		
3.4.1	Portas Corta Fogo - 1 Folha	21	un.
3.4.2	Porta Corta Fogo - 2 Folha	1	un.
3.5.	Q25 - Residência Universitária de Novais Barbosa		
	Morada: Rua da Pena s/n, 4150-607 Porto		
	Manutenção preventiva de portas Corta Fogo, em conformidade com norma portuguesa de certificação de serviço DNP/TS 4513:2018.		
3.5.1	Portas Corta Fogo - 1 Folha	36	un.
3.5.2	Portas Corta Fogo - 2 Folha	5	un.
3.5.3	Reparação da Porta nº 30- bloco E/F piso 1	1	un.
3.5.4	Reparação da barra da Porta da sala de convívio	1	un.
3.5.5	Reparação do trinco elétrico da porta de entrada do bloco B	1	un.
3.6	Q26 - Residência Universitária Campo Alegre III - Ciências		
	Morada: Rua do Campo Alegre n.º 667, 4150-177 Porto		
	Manutenção preventiva de portas Corta Fogo, em conformidade com norma portuguesa de certificação de serviço DNP/TS 4513:2018.		
3.6.1	Portas Corta Fogo - 1 Folha	14	un.
3.6.2	Portas Corta Fogo - 2 Folha	5	un.
3.7	Q45 - Unidade Alimentar de Direito		
	Morada: Rua dos Bragas, 157, 4050-123 Porto		
	Manutenção preventiva de portas Corta Fogo, em conformidade com norma portuguesa de certificação de serviço DNP/TS 4513:2018.		
3.7.1	Portas Corta Fogo - 1 Folha	4	un.
3.7.2	Portas Corta Fogo - 2 Folha	1	un.
4.	SINALÉTICA		
4.1	Q10 - Sede SASUP		
	Morada: Rua dos Bragas, 151, 4050-123 Porto		
4.1.1	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - extintor	18	un.
4.1.2	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - Bocas Incêndio	9	un.
4.1.3	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - (manta ignífuga, botoneira, sirene, coluna seca)	17	un.
4.1.4	Manutenção de pictogramas de emergência	49	un.
4.1.5	Manutenção de pictogramas de informação	25	un.

4.1.6	Aquisição de pictograma "atmosfera saturada CO" a ser colocado no bloco existente	4	un.
4.2	Q22 - Residência Universitária de Campo Alegre I		
	Morada: Rua do Campo Alegre n.º 1395, 4150-181 Porto		
4.2.1.	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - extintor	51	un.
4.2.1.	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - Bocas Incêndio	15	un.
4.2.1.	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - (manta ignífuga, botoneira, sirene)	31	un.
4.2.1.	Manutenção de pictogramas de emergência	65	un.
4.2.1.	Manutenção de pictogramas de informação	38	un.
4.2.1.	Manutenção e verificação de conformidade de plantas de Piso A3	14	un.
4.2.1.	Manutenção e verificação da conformidade de plantas de emergência (quartos)	156	un.
4.3	Q23 - Residência Universitária de Paranhos - E-Learning		
	Morada: Rua Dr. Manuel P. da Silva s/n, 4200-394 Porto		
4.3.1	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - extintor	45	un.
4.3.2	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - Bocas Incêndio	7	un.
4.3.3	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - (manta ignífuga, botoneira, sirene)	30	un.
4.3.4	Manutenção de pictogramas de emergência	117	un.
4.3.5	Manutenção de pictogramas de informação	131	un.
4.3.6	Manutenção e verificação de conformidade de plantas de Piso A3	16	un.
4.3.7	Manutenção e verificação da conformidade de plantas de emergência (quartos)	132	un.
4.4	Q24 - Residência Universitária de Alberto Amaral		
	Morada: Rua D. Pedro V n.º 223, 4150-601 Porto		
4.4.1	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - extintor	88	un.
4.4.2	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - Bocas Incêndio/Siamesas	5	un.
4.4.3	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - (manta ignífuga, botoneira, sirene)	48	un.
4.4.4	Manutenção de pictogramas de emergência	40	un.
4.4.5	Manutenção de pictogramas de informação	63	un.
4.4.6	Manutenção e verificação de conformidade de plantas de Piso A3	19	un.
4.4.7	Manutenção e verificação da conformidade de plantas de emergência (quartos)	274	un.
4.5	Q25 - Residência Universitária de Novais Barbosa		
	Morada: Rua da Pena s/n, 4150-607 Porto		

4.5.1	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - extintor	86	un.
4.5.2	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - Bocas Incêndio	22	un.
4.5.3	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - (manta ignífuga, botoneira, sirene)	66	un.
4.5.4	Manutenção de pictogramas de emergência	55	un.
4.5.5	Manutenção de pictogramas de informação	80	un.
4.5.6	Manutenção e verificação de conformidade de plantas de Piso A3	24	un.
4.5.7	Manutenção e verificação da conformidade de plantas de emergência (quartos)	248	un.
4.6	Q26 - Residência Universitária de Campo Alegre III- Ciências		
	Morada: Rua do Campo Alegre n.º 667, 4150-177 Porto		
4.6.1	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - extintor	17	un.
4.6.2	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - Bocas Incêndio	9	un.
4.6.3	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - (manta ignífuga, botoneira, sirene)	14	un.
4.6.4	Manutenção de pictogramas de emergência	45	un.
4.6.5	Manutenção de pictogramas de informação	26	un.
4.6.6	Manutenção e verificação de conformidade de plantas de Piso A3	10	un.
4.6.7	Manutenção e verificação da conformidade de plantas de emergência (quartos)	42	un.
4.7	Q31 - E - Learning Botânico		
	Morada: Rua do Campo Alegre 1277, 4150-173 Porto		
4.7.1	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - extintor	2	un.
4.7.2	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - Bocas Incêndio	0	un.
4.7.3	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - (manta ignífuga, botoneira, sirene)	8	un.
4.7.4	Manutenção de pictogramas de emergência	20	un.
4.7.5	Manutenção de pictogramas de informação	10	un.
4.7.6	Manutenção e verificação de conformidade de plantas de Piso A3	2	un.
4.8	Q21 - Residência Universitária de Bandeirinha		
	Morada: Rua do Bandeirinha n.º 66, 4050-088 Porto		
4.8.1	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - extintor	15	un.
4.8.2	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - Bocas Incêndio	7	un.
4.8.3	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - (manta ignífuga, botoneira, sirene)	15	un.
4.8.4	Manutenção de pictogramas de emergência	36	un.
4.8.5	Manutenção de pictogramas de informação	21	un.
4.8.6	Manutenção e verificação de conformidade de plantas de Piso A3	7	un.

4.8.8	Manutenção e verificação da conformidade de plantas de emergência (quartos)	26	un.
4.9	Q20 - Residência Universitária Aníbal Cunha		
	Morada: Rua Aníbal Cunha n.º 94, 4050-046 Porto		
4.9.1	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - extintor	9	un.
4.9.2	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - Bocas Incêndio	0	un.
4.9.3	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - (manta ignífuga, botoneira, sirene)	2	un.
4.9.4	Manutenção de pictogramas de emergência	18	un.
4.9.5	Manutenção de pictogramas de informação	17	un.
4.9.6	Manutenção e verificação de conformidade de plantas de Piso A3	5	un.
4.9.7	Manutenção e verificação da conformidade de plantas de emergência (quartos)	19	un.
4.10	Q47 - Unidade Alimentar de S.João		
	Morada: Alameda Prof. Hernâni Monteiro (ao Hospital de S. João) 4200-319 Porto		
4.10.1	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - extintor	15	un.
4.10.2	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - Bocas Incêndio	2	un.
4.10.3	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - (manta ignífuga, botoneira, sirene)	11	un.
4.10.4	Manutenção de pictogramas de emergência	26	un.
4.10.5	Manutenção de pictogramas de informação	18	un.
4.11	Q49 - Unidade Alimentar de DESPORTO (FADEUP)		
	Morada: Dr. Plácido da Costa - 4200-450 - Porto		
4.11.1	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - extintor	3	un.
4.11.2	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - (manta ignífuga, botoneira, sirene)	7	un.
4.11.3	Manutenção de pictogramas de emergência	14	un.
4.11.4	Manutenção de pictogramas de informação	6	un.
4.12	Q45 - Unidade Alimentar de Direito		
	Morada: Rua dos Bragas, 157, 4050-123 Porto		
4.12.1	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - extintor	7	un.
4.12.2	Sinais e equipamentos de combate a incêndio - Bocas Incêndio	2	un.
4.12.3	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - (manta ignífuga, botoneira, sirene)	17	un.
4.12.4	Manutenção de pictogramas de emergência	32	un.
4.12.5	Manutenção de pictogramas de informação	19	un.

4.13	Q60 - Unidade Alimentar Snack Bar Ciências		
	Morada: Rua do Campo Alegre n.º 667, 4150-177 Porto		
4.13.1	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - extintor	4	un.
4.13.2	Sinais e equipamentos de combate a incêndio - Bocas Incêndio	2	un.
4.13.3	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - (manta ignífuga, botoneira, sirene)	5	un.
4.13.4	Manutenção de pictogramas de emergência	11	un.
4.13.5	Manutenção de pictogramas de informação	6	un.
4.14	Q11 - Núcleo Manutenção Edificado - Oficinas		
	Morada: Aníbal Cunha n.º 90 Porto		
4.14.1	Manutenção de pictograma de combate a incêndio - extintor	10	un.
4.14.2	Manutenção de pictogramas de emergência	27	un.